

de Itaunas/MG e no Auditório da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) na cidade de Belo Horizonte/MG. Compareceram: o Presidente, Luiz Antônio Silva Bressane; o 1º Vice-Presidente, Luis Geraldo Sant'ana Lanfredi; e os seguintes membros: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende; Luis Carlos Honorio Valois Coelho; José Roberto Neves; Mariana Lobo Botelho de Albuquerque; Marcos Roberto Fuchs; Marcus Vinícius da Costa Villarim; Paulo Antônio de Carvalho. Justificaram ausência os seguintes membros: Alamiro Velludo Salvador Netto; Andréia Beatriz Silva dos Santos; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Fernando Braga Viggiano; Franciele Silva Cardoso; Gustavo Carvalho Bernardes e Marden Marques Soares Filho. Estiveram também presentes os seguintes participantes externos: José Ricardo S. F. Veras-TJMG; Fernanda Otoni-TJMG. O Presidente iniciou a reunião agradecendo o apoio do Conselheiro Paulo Antônio de Carvalho para a realização da reunião do CNPCP na cidade de Itaunas/MG. Após, o Presidente aprovou a Ata da 404ª Reunião. Em seguida, informou acerca da nomeação do 1º Vice-Presidente do CNPCP, Conselheiro Luis Lanfredi, como Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Informou também sobre a realização da Audiência Pública do Decreto de Indulto de 2014, no dia 14 de agosto, em Brasília/DF. Após, o Conselheiro Paulo Carvalho fez breves relatos acerca da Audiência Pública realizada na Capital Federal. Acerca do exercício do voto para o preso provisório, o Presidente sugeriu que fosse elaborada minuta de Resolução para tratar da regularização da situação documental do preso provisório com vistas ao exercício desse direito. Como encaminhamento, o Presidente designou o Conselheiro Marcos Fuchs para elaborar minuta de Resolução sobre a matéria. O Presidente informou sobre a reunião que participara junto ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Em seguida, o Presidente comunicou sobre a publicação pelo Estado de São Paulo da Lei n. 15.552, de 12 de agosto de 2014, que proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências. O Presidente comunicou sobre a nomeação da Dra. Luciane Ferreira como membro do CNPCP e a recondução da Conselheira Fabiana Barreto, ambas publicações inseridas no Diário Oficial da União do dia vinte e oito de agosto do ano corrente. Após, o Conselheiro José Roberto das Neves comunicou sobre os fatos ocorridos recentemente na Penitenciária de Cascavel/PR, resultando em mortes e feridos devido à rebelião instalada naquela Unidade Prisional. O Conselheiro Marcos Fuchs sugeriu a criação de fundo emergencial junto ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para que membros do CNPCP possam se deslocar para Unidades Prisionais que se apresentarem em situações de gravidade. O Conselheiro Marcus Villarim sugeriu a realização de seminários e encontros para discutir acerca da redução da maioridade penal. Sobre o tema da redução da maioridade penal, o Presidente designou o Conselheiro Marcus Villarim para apresentar manifestação, como relator, acerca do Projeto de Lei, em trâmite no Congresso Nacional, que trata da matéria. A Conselheira Mariana Lobo relatou sobre as dificuldades dos Estados em conseguirem aprovação de projetos por parte do DEPEN e Caixa Econômica Federal, para financiamento de construção ou ampliação de estabelecimentos penais. O Conselheiro Carlos Valois defendeu maior a utilização de medidas cautelares por parte do Poder Judiciário. Iniciando os itens de Pauta, a Conselheira Mariana Lobo apresentou minuta de Resolução que altera a Resolução CNPCP n. 09/2006, que trata da revista íntima aos visitantes aos estabelecimentos prisionais. Após debate, apreciação e modificações pelo Plenário, a Resolução do CNPCP foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Paulo de Carvalho e a Diretora de Políticas Penitenciárias do DEPEN, Dra. Valdirene Daufembak, apresentaram o Relatório da Inspeção de Roraima. Após apreciação pelo Plenário, o Relatório foi aprovado por unanimidade. Em seguida, os convidados Dr. Ricardo Veras e Dra. Fernanda Otoni realizaram apresentação sobre o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), destacando o atendimento à paciente em privação de liberdade portadores de transtornos mentais, bem como as experiências no Estado de Minas Gerais. O 1º Vice-Presidente apresentou breves comentários acerca de sua visita, ocorrida no dia vinte e oito de agosto do ano corrente, na Penitenciária de Cascavel/PR, tendo em vista os fatos recentes de rebelião naquele estabelecimento penal, resultando inclusive mortes. Diante disso, o Conselheiro José Roberto das Neves propôs que o CNPCP realizasse uma vistoria extraordinária na Penitenciária Estadual de Cascavel a fim de fazer o levantamento das condições do presídio e contribuir na indicação de possíveis soluções. A diretora de políticas penitenciárias do DEPEN, Valdirene Daufembak, manifestou que já haviam sido realizadas recentemente algumas inspeções do CNPCP, em conjunto com a ouvidoria nacional penitenciária, cujas informações dos relatórios, somadas às informações da visita do CNJ naquela unidade penal, propiciavam ao Conselho o conhecimento necessário para contribuir com o estado nas soluções dos problemas enfrentados pelo seu sistema penitenciário. Assim, sugeriu que, no lugar de uma inspeção extraordinária, fosse realizada uma reunião do CNPCP e DEPEN com a Secretaria de Estado responsável pela administração penitenciária, para discutir algumas possibilidades de parcerias e ações conjuntas entre o sistema local e o governo federal, o que foi aprovado por unanimidade. Para tanto, a Presidência determinou fossem consultados os Conselheiros responsáveis pelo Estado, Andrea Beatriz e Fernando Viggiano, sobre a disponibilidade de agenda para comparecimento ao Estado e, em seguida, a Secretaria-Executiva solicitaria agenda com a SEJUS/PR de acordo com esta disponibilidade. Em seguida, foi realizada a segunda Audiência Pública sobre o Decreto de Indulto do ano de 2014, na Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS/MG, em Belo Horizonte/MG. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE  
Presidente do Conselho

#### ATA DA 406ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2 E 3 DE OUTUBRO DE 2014

Aos dois e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, reuniram-se no Salão Negro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: o Presidente, Luiz Antônio Silva Bressane; o 1º Vice-Presidente, Luis Geraldo Sant'ana Lanfredi; a 2ª Vice-Presidente, Fabiana Costa Oliveira Barreto; e os seguintes membros: Alamiro Velludo Salvador Netto; Andréia Beatriz Silva dos Santos; Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende; Luciane Ferreira; Luis Carlos Honorio Valois Coelho; José Roberto Neves; Mariana Lobo Botelho de Albuquerque; Marcos Roberto Fuchs; Marcus Vinícius da Costa Villarim; Marden Marques Soares Filho; Paulo Antônio de Carvalho. Justificou ausência o seguinte membro: Fernando Braga Viggiano. Estiveram também presentes os seguintes participantes externos: Rodrigo Duque Estrada Roig Soares-OSPEN/DEPEN/MJ; Wesley Barreto Batista-SINDPENDF/CONASP. O presidente iniciou a reunião procedendo à Posse da Conselheira Luciane Ferreira. Após, foi apreciada a Ata da 405ª Reunião Ordinária do CNPCP, que será finalizada e aprovada posteriormente. Os conselheiros Andréia Beatriz e José Roberto das Neves relataram acerca da reunião realizada junto à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Paraná no mês de setembro do ano corrente. O Conselheiro Marden Marques sugeriu a criação de comissão para acompanhamento e monitoramento das recomendações e sugestões do CNPCP para melhorias do sistema carcerário nos Estados, derivadas das inspeções prisionais. Em seguida, o Ouvidor do Sistema Penitenciário do Departamento Penitenciário Nacional, Dr. Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, registrou sobre a criação de Grupo de Trabalho com vistas a proporcionar políticas para o atendimento às pessoas estrangeiras privadas de liberdade no Brasil. O presidente sugeriu a criação de comissão para operacionalizar o monitoramento do CNPCP acerca das suas respectivas recomendações e sugestões inseridas nos relatórios de inspeção prisional elaboradas pelo próprio Conselho. O Conselheiro Alamiro sugeriu oficial o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, Conselho Nacional de Justiça-CNJ, Ministério Público Federal-MPF, Defensoria Pública da União-DPU e Departamento da Polícia Federal-DPF/MJ para se manifestarem acerca da audiência de custódia, que trata o PLS 554/2011. Como encaminhamento, o presidente convidará, preliminarmente, os representantes dos órgãos do âmbito do Ministério da Justiça para debater a matéria em reunião do CNPCP. Como encaminhamento, foi aprovada a formação de comissão, no âmbito do CNPCP, sendo integrada pelo Conselheiro Marcus Villarim, Conselheiro Marden Marques e Conselheira Andréia Beatriz dos Santos, com o objetivo de elaborarem formas de otimização do formulário de inspeção, bem como mecanismos de monitoramento das sugestões e recomendações do CNPCP inseridas nos respectivos relatórios de inspeção prisional. Em seguida, foi apreciada, pontualmente, a proposta de minuta do Decreto de Indulto do ano de 2014, tendo o Conselheiro Luis Lanfredi como presidente da Comissão da referida proposta, e a Conselheira Beatriz Vargas, relatora da proposta. Após análise e apreciação pelo Plenário, a proposta do Decreto de Indulto do ano de 2014 foi aprovada por unanimidade, e será encaminhada para o Ministro de Estado da Justiça. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE  
Presidente do Conselho

#### ATA DA 407ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 E 24 DE OUTUBRO DE 2014

Aos vinte e três e vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, reuniram-se no Auditório Joaquim Nabuco, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), na cidade de Brasília/DF. Compareceram: o Presidente, Luiz Antônio Silva Bressane; o 1º Vice-Presidente, Luis Geraldo Sant'ana Lanfredi; a 2ª Vice-Presidente, Fabiana Costa Oliveira Barreto; e os seguintes membros: Alamiro Velludo Salvador Netto; Andréia Beatriz Silva dos Santos; Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende; Fernando Braga Viggiano; Luciane Ferreira; Gustavo Carvalho Bernardes; José Roberto Neves; Mariana Lobo Botelho de Albuquerque; Marcos Roberto Fuchs; Marden Marques Soares Filho. Justificaram ausência os seguintes membros: Luis Carlos Honorio Valois Coelho; Marcus Vinícius da Costa Villarim; Paulo Antônio de Carvalho. O Presidente iniciou a reunião emitindo elogio aos servidores do Ministério da Justiça Jefferson Alves Lopes e Rafael de Sousa Costa, doravante o empenho na realização da reunião junto à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. O presidente enalteceu também a conselheira Beatriz Vargas devido à disponibilidade do Auditório Joaquim Nabuco da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília para a realização da 407ª Reunião Ordinária do CNPCP. Em seguida, o presidente procedeu à posse do Conselheiro Gustavo Carvalho Bernardes. Após, o Sr. Matheus Mayer Milanez, estudante do curso de Direito da UnB, apresentou texto referente à Audiência de Custódia. O presidente convidou o Prof. Jorge Bandeira, da Faculdade de Direito da UnB, para fazer parte da mesa de abertura, devido ao seu auxílio na realização da Reunião do CNPCP no Auditório da Faculdade de Direito daquela Universidade. Os Conselheiros Marden Marques e Andréia Beatriz Santos apresentaram proposta de melhoria no Formulário utilizado nas inspeções em estabelecimentos penais, que subsidia os Relatórios de Inspeção Prisional. O Conselheiro e a Conselheira apresentaram ainda um instrumento para o acompanhamento das propostas sugeridas pelo CNPCP em seus Relatórios e das ações pactuadas junto aos entes

LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE  
Presidente do Conselho

federados. Como encaminhamento, o presidente sugeriu a utilização da planilha apresentada pelo Conselheiro Marden Marques e pela Conselheira Andréia Beatriz a partir daquele dia, bem como instituição de grupo de trabalho formado pelos membros do CNPCP Marden Marques, Andréia Beatriz, Mariana Lobo e Luis Lanfredi para elaborar um Manual de Inspeções Prisionais e um Plano de Inspeções Prisionais, para apresentarem no prazo de 60 dias tais propostas. As sugestões do presidente como encaminhamento foram aprovadas por unanimidade pelo Plenário. Em seguida, o presidente realizou a solenidade de entrega de premiação aos ganhadores do XIV Concurso Nacional de Monografias do CNPCP. A Premiação para o primeiro colocado foi para o projeto Centro de Detenção Provisório Masculino, da autora Williane Ferreira de Melo, a qual recebeu a quantia de oito mil reais. O segundo colocado foi o projeto Fábrica Escola Centro de Qualificação de mão-de-obra para detentos do sistema prisional, da autora Giselle Oliveira Mascarenhas, a qual recebeu o valor de seis mil reais. Após conceder menção honrosa para o projeto Centro de Reintegração Social baseado no método APAC, do autor Ari Tomaz da Silva Filho e para o projeto Colônia Penal Agrícola do Município de Caucaia, da autora Nathalie Guerra Castro Albuquerque. Finalizada a premiação do concurso de monografia do CNPCP, o Presidente iniciou a premiação do II Prêmio de Boas Práticas do CNPCP. A primeira colocação foi atribuída ao projeto reabilitando pela arte cultura de paz pela não-violência de autoria da Instituição Associação Cultural e de Desenvolvimento do Apenado e Egresso - ACUDA, de Porto Velho-RO. Recebendo a quantia de onze mil reais. A segunda colocação foi concedida ao projeto Programa Pró-Egresso de autoria da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Recebendo a quantia de sete mil reais. A terceira colocação fora atribuída ao trabalho Cartilha Legal: informação e educação para o preso, elaborado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Recebendo a quantia de cinco mil reais. A quarta colocação foi atribuída ao projeto Remissão da Pena pelo Estudo através da eitura nos estabelecimentos penais do estado do paraná, cuja autoria foi a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná. Recebendo a quantia de quatro mil reais. E a quinta colocação foi concedida ao Trabalho Programa Qualifica Bahia, de autoria da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia. Recebendo a quantia de três mil reais. Após, em prosseguimento aos itens de pauta, o presidente convidou o Conselheiro Alamiro Velludo para apresentar o assunto Audiência de Custódia, juntamente com a manifestação dos seguintes representantes dos respectivos Órgãos: Dr. André Fagundes Mendes, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ); Dr. Gabriel de Carvalho Sampaio, Secretário de Assuntos Legislativos (SAL/MJ), Dra. Rafaela Maia Valença, representante da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ/MJ); Dr. Renato de Vitto, Diretor Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ); Dr. Luis Flávio Zamprona, representante do Departamento de Polícia Federal (DPF/MJ); Dra. Ana Paula Diniz, representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH/PR). Após, em prosseguimento aos itens de pauta, o Conselheiro Fernando Viggiano e a Conselheira Andréia Beatriz apresentaram o Relatório da Inspeção realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2014 nas cidades de Curitiba e Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, bem como quanto aos resultados obtidos a partir da reunião junto à Secretaria de Justiça e Cidadania do Paraná, realizada no dia 19 de setembro de 2014. De antemão, como breve informe, o Conselheiro Fernando Viggiano solicitou moção em favor do ex-Conselheiro do CNPCP Carlos Eduardo Adriano Japiassu, que fora nomeado Secretário Geral da Associação Internacional de Direito Penal, entidade organizadora do 19º Congresso Internacional de Direito Penal, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 31 de agosto a 6 de setembro do ano corrente. Como encaminhamento, o Plenário aprovou a Moção. Em seguida, o Conselheiro Fernando Viggiano e a Conselheira Andréia Beatriz apresentaram o Relatório de Inspeção Prisional no Estado do Paraná. Após a apresentação e discussão em Plenário, o Relatório foi aprovado por unanimidade. O Conselho Fernando Viggiano apresentou despacho dos seguintes Processos: 08037.000619/2012-51, que trata de ação civil proposta pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul referente pagamentos pelos serviços prestados pelos presos gaúchos, o Conselheiro manifestou ciência e recomendou o arquivamento; 08001.008767/2014-92, que trata sugestão apresentada pelo Vereador Ledinho Curtarelli da Câmara Municipal de Xaxim/SC solicitando revisão da legislação que prevê o auxílio-reclusão, o Conselheiro recomendou o arquivamento e o encaminhamento de fotocópia da sua manifestação para o Vereador requerente da proposta; Processo 08016.011599/2014-53, que trata da manifestação registrada na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos acerca de irregularidades supostamente ocorridas em unidades prisionais de Tubarão/SC, o Conselheiro recomendou o encaminhamento de recomendação ao Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina e ao Defensor Público Geral de Santa Catarina para conhecimento e medidas cabíveis acerca da matéria. As recomendações acerca dos Processos foram aprovadas por unanimidade. Em prosseguimento aos itens de pauta, o Conselheiro Fernando Viggiano apresentou o Relatório de Inspeção Prisional, realizada nos dias 20 e 22 de maio de 2014, nas seguintes unidades Penais: Penitenciária Santa Maria Eufrásia Pelletier, Penitenciária Feminina Tremembé I e Penitenciária Feminina Tremembé II, Penitenciária Feminina da Capital, Penitenciária Feminina de Santana e Penitenciária Masculina de Potim, todas do Estado de São Paulo. Após apreciação e discussão, o Relatório foi aprovado por unanimidade. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE  
Presidente do Conselho